

Sumário

Introdução	1
Capítulo I – Direito à Moradia	5
1.1 O direito fundamental à moradia adequada.....	10
1.2 Direito à saúde e ao saneamento básico	14
1.3 Políticas Públicas e o direito à moradia.....	16
1.4 A política urbana voltada à função socioambiental da propriedade, da posse e das cidades.....	18
1.5 Função social da propriedade e da posse	20
1.6 Função social das cidades.....	25
1.7 Políticas Públicas e a regularização fundiária urbana	28
Capítulo II – Exclusão Social e Núcleo Urbano Informal.....	37
2.1 Exclusão social	37
2.2 Núcleo urbano informal.....	42
2.3 Conflitos fundiários urbanos	44
2.3.1 Harmonização entre direito à moradia e meio ambiente ecologicamente equilibrado	47
2.4 Conflito socioambiental	49
2.5 Problemas fundiários urbanos no Brasil	51
2.6 Fatores de formação dos núcleos urbanos informais	53

2.6.1 Êxodo rural	53
2.6.2 Loteamentos clandestinos e irregulares.....	54
2.6.3 Ocupações desordenadas	56
Capítulo III – Ocupações Irregulares e Áreas Protegidas	59
3.1 A relação entre as ocupações irregulares e as áreas ambientalmente protegidas	59
3.2 Áreas de Preservação Permanente	64
3.3 Intervenção ou supressão de vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente.....	68
3.4 Áreas urbanas consolidadas e regularização fundiária ..	70
3.5 A ponderação de interesses contrapostos em Áreas de Preservação Permanente: Direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado vs. direito à moradia	76
3.6 Jurisprudência: Conflito entre direitos fundamentais	81
3.6.1 Agravo em Recurso Especial nº 1.446.061-RS	82
3.6.2 Recurso Especial nº 1.782.692-PB	87
3.6.3 Agravo de Instrumento nº 2010.027473-0 do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina	98
Capítulo IV – A Responsabilidade dos Municípios	101
4.1 Ocupação ilegal e a responsabilidade do Município	101
4.2 Omissão do poder municipal na gestão do território urbano e a responsabilidade dos agentes públicos.....	104

4.3 Responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente: objetiva, solidária e de execução subsidiária.....	105
4.3.1 Da responsabilidade solidária e subsidiária.....	106
4.4 Política Habitacional - Não implementação por insuficiência de recursos financeiros	109
4.5 A teoria da reserva do possível e o mínimo existencial...	112
4.6. Omissão do administrador e agentes públicos. Improbidade administrativa e responsabilidade	117
4.7 Jurisprudência sobre a responsabilidade da administração municipal	120
4.7.1 Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Recurso de apelação e reexame necessário nº 21437/PB)	121
4.7.2 Superior Tribunal de Justiça (Recurso Especial nº 1.714.472/SP).....	123
4.7.3 Supremo Tribunal Federal (Suspensão de Liminar nº 1329)	125
4.7.4 Câmara Reservada ao Meio Ambiente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravo de Instrumento nº 0552069-06.2010.8.26.0000).....	128
4.8 O Município e as Câmaras de Prevenção para a solução administrativa de conflitos	130
Capítulo V – Da Regularização Fundiária Urbana.....	133
5.1 Generalidades.....	133

5.2 Evolução Histórica no Brasil.....	133
5.3 Abrangência, Objetivos, Modalidades e Marco Legal da Reurb	142
5.4 Legitimados ativos.....	145
5.4.1 União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	146
5.4.2 Os beneficiários, proprietários de imóveis, loteadores e incorporadores	149
5.4.3 Defensoria Pública	150
5.4.4 Ministério Público.....	151
5.5 Do procedimento administrativo da regularização fundiária urbana.....	152
5.5.1 Da atuação do Poder Público Municipal.....	156
5.5.2 Loteamentos clandestinos e irregulares. Regularização. Lei nº 6.766/1979.....	158
5.6 Medidas a serem adotadas pelo Município após a conclusão da regularização	160
5.7 O papel do Poder Legislativo Municipal	161
Capítulo VI – A Mediação para a Resolução dos Conflitos Fundiários Urbanos e Inclusão Social.....	163
6.1 O Judiciário na resolução de conflitos fundiários urbanos	163
6.2 Mediação. Conceito. Princípios.....	169
6.2.1 Conceito.....	169

6.2.2 Princípios da mediação	170
6.3 Contexto normativo dos métodos não adversariais de solução de conflitos	171
6.4 A mediação aplicada aos conflitos socioambientais e fundiários	174
6.5 A Defensoria Pública e o Ministério Público na solução consensual de conflitos fundiários	180
6.6 A participação dos ocupantes das áreas no processo de regularização e a inclusão social	184
Considerações Finais.....	187
Referências Bibliográficas.....	191